



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

**RAFAEL MELO ARAÚJO NASCIMENTO**

**ENSINO DE MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO  
ESCOLAR: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO  
NO MARANHÃO**

Araguaína / TO

2025

RAFAEL MELO ARAÚJO NASCIMENTO

**ENSINO DE MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO  
ESCOLAR: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO  
NO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, Centro de Ciências Integradas, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro

Araguaína / TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT  
**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M528e Nascimento, Rafael Melo Araújo.

ENSINO DE MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA  
NO CONTEXTO ESCOLAR: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS  
NORTEADORES DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO / Rafael Melo  
Araújo Nascimento. - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.  
43 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Matemática) --  
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: Rogerio dos Santos Carneiro.

1. Educação Financeira Escolar. 2. Base Nacional Comum  
Curricular. 3. Documento Curricular do Território Maranhense.

**CDD 510**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.


RAFAEL MELO ARAÚJO NASCIMENTO

**ENSINO DE MATEMÁTICA E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO  
ESCOLAR: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS NORTEADORES DA  
EDUCAÇÃO NO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Matemática, da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, Centro de Ciências Integradas – CCI/Cimba, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Matemática.


Aprovada em 13 de novembro de 2025.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente  
 **ROGERIO DOS SANTOS CARNEIRO**  
Data: 23/11/2025 10:39:46-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Rogerio dos Santos Carneiro  
Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **FLAVIO GONCALVES DE ANDRADE**  
Data: 24/11/2025 12:09:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Esp. Flávio Gonçalves de Andrade  
Examinador

Documento assinado digitalmente  
 **SAMARA LEANDRO MATOS DA SILVA**  
Data: 24/11/2025 14:03:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Samara Leandro Matos da Silva  
Examinadora

Araguaína / TO

2025

*Dedico à minha família, por ser meu porto seguro e me inspirar com amor e apoio incondicionais em cada etapa desta caminhada.*

## AGRADECIMENTO

A Deus, fonte eterna de luz e sabedoria, dedico a minha mais profunda gratidão. Foi em Teu amparo que encontrei força nos dias difíceis, esperança nos momentos de dúvida e serenidade quando o caminho parecia longo demais. Cada conquista traz em si o reflexo da Tua presença constante e misericordiosa.

À minha amada esposa, Thais Vieira, meu alicerce e inspiração. Com amor, paciência e fé, estiveste ao meu lado em cada etapa desta jornada. Teu apoio silencioso e tua confiança inabalável foram a base sobre a qual ergui este sonho.

Às minhas preciosas filhas, Elise Vieira e Rhayane Vitória, que são o brilho dos meus dias e o motivo maior do meu esforço. Por vocês aprendi que o conhecimento também é um gesto de amor, e que cada conquista tem mais sentido quando é compartilhada com quem amamos.

Ao meu pai, Pedro Nascimento, exemplo de sabedoria, caráter e dedicação. Foi ele quem me ensinou o valor do trabalho, da honestidade e do estudo. Seu apoio constante e sua presença firme me mostraram que os maiores mestres estão dentro de casa.

Aos meus irmãos Ana Sabrina e Sérgio Vinícius, minha eterna gratidão. Por cada gesto de incentivo, por cada palavra de carinho, e por acreditarem em mim mesmo quando o cansaço tentou me fazer parar.

À minha querida avó Antônia Melo (in memoriam), cuja memória vive em cada conquista minha. Foi ela quem primeiro despertou em mim o amor pela docência. Sua voz ainda ecoa como um conselho e um carinho, lembrando-me que ensinar é um ato de doação, e que o verdadeiro saber é aquele que transforma vidas.

Ao meu orientador, professor doutor Rogerio dos Santos Carneiro, deixo um agradecimento especial. Por sua orientação atenta, paciência generosa e compromisso em guiá-me com sabedoria e humanidade. Suas palavras e ensinamentos foram faróis que iluminaram esta trajetória acadêmica.

A todos vocês, minha mais sincera gratidão. Este trabalho é mais do que o fim de uma etapa, é a colheita de tudo o que aprendi com o amor, a fé e o exemplo de cada um.

Se hoje chego até aqui, é porque nunca caminhei sozinho.

## RESUMO

O presente estudo aborda o tema da Educação Financeira – EF no contexto escolar, analisando como os documentos norteadores da educação, em especial a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e o Documento Curricular do Território Maranhense – DCTM, orientam sua inclusão no ensino fundamental. A pesquisa parte do problema: como a EF estar sendo mencionada e recomendada nos documentos norteadores da educação, especificamente na BNCC e no DCTM, para contribuírem no processo de ensino e aprendizagem da Matemática nos anos finais do ensino fundamental? O objetivo geral foi compreender como esses documentos norteadores, BNCC e DCTM, orientam a utilização da EF, durante a contextualização do ensino e aprendizagem e conceitos matemáticos em sala de aula. Para isso, foi adotada uma abordagem descritiva e qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa revisou artigos científicos, livros e documentos oficiais, estabelecendo um panorama sobre a evolução histórica e as práticas contemporâneas relacionadas à EF, além de contextualizar o tema às necessidades regionais. A metodologia permitiu analisar criticamente como a EF é abordada em termos de competências, habilidades e atividades sugeridas, promovendo uma interligação entre os aspectos pedagógicos e as realidades sociais e econômicas. Os resultados indicam que a EF é um tema transversal de grande potencial transformador, especialmente ao ser desenvolvida de forma interdisciplinar e contextualizada. Na BNCC, a EF está inserida majoritariamente na área de Matemática, mas com conexões relevantes a outros componentes curriculares, como Ciências e Língua Portuguesa. O DCTM, por sua vez, adapta essas diretrizes às especificidades do Maranhão, sugerindo atividades práticas que conectam os conteúdos à vida cotidiana dos estudantes. Entre os principais resultados, destaca-se que o ensino de EF contribui para o desenvolvimento de competências matemáticas aplicadas, como cálculo de porcentagens, análise de juros e planejamento financeiro, além de promover reflexões críticas sobre consumo consciente e gestão de recursos. Também foi observado que a EF é uma ferramenta importante para a redução de desigualdades sociais, ao capacitar os estudantes para tomarem decisões econômicas responsáveis e éticas. Conclui-se que, embora haja avanços significativos na inclusão da EF nos currículos escolares, desafios ainda persistem, como a formação de professores e a criação de materiais didáticos adequados. No entanto, o fortalecimento de políticas públicas e a consolidação de iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) são fundamentais para ampliar o alcance e o impacto desse tema no processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Educação Financeira Escolar. Base Nacional Comum Curricular. Documento Curricular do Território Maranhense.

## ABSTRACT

This study addresses the theme of Financial Education (PE) in the school context, analyzing how the educational guidelines, especially the National Common Curricular Base (BNCC) and the Maranhão Territory Curricular Document (DCTM), guide its inclusion in elementary education. The research starts from the problem: how is PE being mentioned and recommended in the educational guidelines, specifically in the BNCC and DCTM, to contribute to the teaching and learning process of Mathematics in the final years of elementary school? The general objective was to understand how these guidelines, BNCC and DCTM, guide the use of PE, during the contextualization of teaching and learning and mathematical concepts in the classroom. To this end, a descriptive and qualitative approach was adopted, based on bibliographic and documentary research. The research reviewed scientific articles, books and official documents, establishing an overview of the historical evolution and contemporary practices related to PE, in addition to contextualizing the theme to regional needs. The methodology allowed us to critically analyze how PE is approached in terms of competencies, skills and suggested activities, promoting an interconnection between pedagogical aspects and social and economic realities. The results indicate that PE is a cross-cutting theme with great transformative potential, especially when developed in an interdisciplinary and contextualized way. In the BNCC, PE is mainly included in the area of Mathematics, but with relevant connections to other curricular components, such as Science and Portuguese. The DCTM, in turn, adapts these guidelines to the specificities of Maranhão, suggesting practical activities that connect the content to the daily lives of students. Among the main results, it is worth highlighting that PE teaching contributes to the development of applied mathematical skills, such as calculating percentages, analyzing interest rates and financial planning, in addition to promoting critical reflections on conscious consumption and resource management. It was also observed that PE is an important tool for reducing social inequalities, by enabling students to make responsible and ethical economic decisions. It is concluded that, although there has been significant progress in the inclusion of PE in school curricula, challenges still persist, such as teacher training and the creation of appropriate teaching materials. However, strengthening public policies and consolidating initiatives such as the National Strategy for Financial Education (ENEF) are essential to expanding the scope and impact of this topic in the teaching-learning process.

**Keywords:** School Financial Education. National Common Curricular Base. Curricular Document of the Maranhão Territory.

## LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
DCTM	Documento Curricular do Território Maranhense
EF	Educação Financeira
EFE	Educação Financeira Escolar
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
GT	Grupo de Trabalho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MF	Matemática Financeira

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>16</b>
2.1 Educação Financeira Escolar - EFE.....	20
<b>3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO</b>	<b>25</b>
.....	
3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC	
.....	26
3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO O DOCUMENTO CURRICULAR DO	
TERRITÓRIO MARANHENSE – DCTM.....	31
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a Matemática deve garantir o desenvolvimento de competências específicas para os discentes (Brasil, 2017). Por esse viés, que tem como princípio nortear a educação no Brasil, observa-se que as famílias estão cada vez mais adquirindo dívidas, limitando seu poder de compra, e esses acontecimentos necessitam de atenção por parte dos governos, escolas e também dos educadores. Buscando instruir de maneira satisfatória no âmbito financeiro, em 2010 foi implantada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - a Educação Financeira, doravante EF, dentro do contexto escolar, tendo como alguns de seus objetivos: explicar e simplificar o entendimento das atividades financeiras. Portanto, é um tema novo que apresenta lacunas no ensino básico.

Atualmente as crianças desde cedo já estão conectadas, imersas nas redes e refém dos anúncios que incentivam o consumismo. Portanto, faz-se necessário que desde os primeiros anos, as crianças recebam EF de qualidade. Os alunos precisam ser conscientizados para o consumo consciente, para o ato de poupar, que tenham planejamento financeiro para que no futuro possuam estabilidade. O ensino de Matemática Financeira, daqui para frente, MF e EF ainda está em desenvolvimento no contexto da sala de aula, são poucas as instituições que a EF está inserida em seus currículos escolares. É de suma importância que os ensinamentos da escola acompanhem os acontecimentos da sociedade, logo é imprescindível que os alunos compreendam os assuntos do cotidiano, sejam eles de caráter social, moral ou financeiro.

Como destacado *a priori* o desenvolvimento de EF ainda é lento nas instituições de ensino, portanto, cabe aos educadores incluir essa temática nas disciplinas que estão inclusas nos currículos. Portanto, a EF pode ser desenvolvida na área da matemática, sempre buscando o desenvolvimento do estudante para situações financeiras futuras, tendo em vista o cenário atual do país. Diante da desorientação financeira em que a sociedade está submersa, observa o aumento crescente de famílias endividadas, com o nome “sujo”, com cartões de créditos estourados, tudo isso reflete a falta de planejamento e o consumismo exacerbado, situações que afetam diretamente a economia do país e gera desconforto aos dividendos. A falta de planejamento financeiro é o principal motivo do número crescente de endividados.

Diante desse desequilíbrio financeiro que muitas pessoas estão submersas, surge à necessidade desse tema, ser desenvolvido de maneira mais enfática nas instituições de ensino, mostrando aos seus alunos, desde os anos iniciais os principais conceitos de educação

financeira. Dessa forma, os alunos poderão desenvolver criticidade e analisar financeiramente as decisões que tomará no cotidiano.

O estudo da MF quando bem executado nos anos iniciais de um indivíduo, pode mudar toda a sua realidade. Apesar da variação de um dicionário para o outro, o dinheiro é sempre apresentado como meio de pagamento, podendo está materializado como notas ou moedas, sendo aceito pela sociedade como pagamento por bens e serviços. O dinheiro sempre esteve presente na sociedade, mesmo antes de sua materialização. Desde as primeiras civilizações já havia o ato de comprar e pagar, no entanto, faziam por meio de trocas.

Através do dinheiro que as civilizações foram capazes de desenvolver, chegando as grandes metrópoles atuais. Com isso, muitos indivíduos desenvolveram capacidades de poupar, com o intuito de chegar a objetivos pré-estabelecidos ou por necessidades financeiras. Atualmente, as crianças já nascem no meio digital, ou seja, desde cedo já possuem contato com as redes sociais, que em geral, prega o consumismo exacerbado, fazendo com que desde muitos jovens as crianças e adolescentes tenham o desejo de ter dinheiro para compras desnecessárias. As crianças crescem sem noções de finanças, logo ao chegarem à fase adulta já estão endividadadas.

Para Assaf Neto (2005, p.13), a MF é o “estudo do dinheiro no tempo, ao longo do tempo”. Com isso, é necessário instruir as crianças a pouparem para que possam se tornar adultos conscientes. Essa instrução pode se originar em projetos no seio familiar e escolar com objetivos que sejam possíveis de alcançar em curto prazo para, assim manter o indivíduo focado em seu projeto. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aponta que uma educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2018a, p. 10).

Nesse momento torna-se evidente a necessidade de ativar os conhecimentos relacionados com a MF. Portanto, entender esse assunto é de fundamental importância para a formação do sujeito crítico. Com isso, faz-se necessário avaliar como tem sido realizada a educação financeira no ensino básico, tendo em vista que a maioria da população não entende dessa área da matemática, possuindo grandes dificuldades em compreender juros simples e compostos, assuntos do cotidiano.

A matemática exerce um papel de fundamental importância no desenvolvimento e acesso pleno à cidadania, com isso a educação financeira ensinada de maneira adequada tem grande potencial na formação do indivíduo. A sociedade do século XXI está na Era da Globalização, logo se encontra submersa a tecnologia, com isso a matemática é indispensável para o desenvolvimento de atividades do cotidiano. Um dos maiores desafios para os

professores de ciências exatas é levar assuntos da realidade para a sala de aula, pois geralmente o ensino de matemática se dá somente por meio de fórmulas e atividades que fogem do cotidiano, fazendo com que o aluno não tenha interesse em aprender, pois não veem necessidades reais.

O mercado financeiro tem crescido significativamente, e com isso o leque de produtos também aumentou. Os consumidores possuem diversos incentivos de consumo, em virtude das jogadas de marketing. Nos últimos anos os brasileiros têm apresentado números crescentes de endividamento, sendo os jovens a maior parte do grupo de endividados. Afinal, é esse grupo que está imerso nas redes, recebendo inúmeras propostas de consumo. Segundo Godfrey (2007), a EF deve ser divertida e acompanhada de acordo com a idade, assim desde a infância o indivíduo aprenderá mais sobre o dinheiro e os valores da cidadania. A educação financeira deve ser trabalhada pela família, no entanto, há pais que não possuem essa preocupação ou não possuem conhecimento adequado na área, portanto, cabe à escola viabilizar esse ensino.

A EF possui influência direta na formação do indivíduo, isto ocorre devido que seus conceitos e aplicações se fazem presente na vida, com isso o ensino de matemática financeira viabiliza o consumo consciente. Vale ressaltar que educar financeiramente não quer dizer que a escola dirá quais decisões o indivíduo deve tomar, mas conscientizar sobre o que é vantajoso e desnecessário, levando em consideração a realidade de cada um. De acordo com essa perspectiva, constituímos a seguinte questão norteadora: como a EF estar sendo mencionada e recomendada nos documentos norteadores da educação, especificamente na BNCC e no Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM), para contribuir no processo de ensino e aprendizagem da Matemática nos anos finais do ensino fundamental?

À vista disso temos como objetivo geral compreender como os documentos norteadores da educação, BNCC e DCTM, orientam a utilização da EF durante a contextualização do ensino e aprendizagem de conceitos matemáticos em sala de aula. Realizamos algumas especificações para o desenvolvimento desta pesquisa, são elas: Investigar as concepções teóricas sobre EF na educação e, em particular, no ensino de Matemática; Identificar as proposições para didático-transversal da EF nos documentos norteadores da educação; Analisar os principais objetivos pedagógicos associados à utilização Educação Financeira Escolar nos documentos oficiais norteadores da educação brasileira e maranhense.

O tipo de pesquisa utilizada no presente artigo foi descritivo em relação aos objetivos, visto que, segundo Gil (2008), descreve as características de determinados grupos. Os procedimentos de coleta de dados, ocorreram através de pesquisa bibliográfica e documental as quais são caracterizadas, respectivamente, por Gil (2008), pela leitura de materiais já

elaborados, como artigos científicos e livros, e materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, a pesquisa documental se assemelha a bibliográfica com diferença apenas na natureza das fontes. Ao longo da construção da pesquisa, o primeiro procedimento realizado diz respeito ao levantamento de dados bibliográficos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa.

Nessa perspectiva, o presente trabalho está estruturado em dois capítulos, além desta Introdução e Considerações finais. Desse modo, no primeiro capítulo, será abordada a constituição histórico-teórica da EF, discutindo a evolução do tema e sua importância no mundo contemporâneo. A partir de uma análise crítica de conceitos como consumo consciente e o impacto das dívidas nas famílias, o capítulo ainda apresenta um subcapítulo que busca examinar a necessidade urgente de introduzir a EF no currículo escolar, especialmente no Ensino Fundamental. Também é explorada a evolução da EF, sua inserção na Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e as lacunas existentes no ensino básico acerca do tema EF.

No segundo capítulo, explora-se como documentos como a BNCC e o DCTM orientam a implementação da EF nas escolas, dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo a BNCC é apresentada como um marco fundamental, integrando a EF de forma transversal ao currículo escolar e enfatizando a Matemática, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental, como área favorável ao ensino de conceitos financeiros. No segundo subcapítulo, o documento analisado trata-se do DCTM, o qual está direcionado especificamente para o estado do Maranhão, levando em conta suas particularidades culturais, econômicas e sociais. A proposta é contextualizar o ensino da Matemática, destacando a interdisciplinaridade e o uso de tecnologias digitais como ferramentas para resolver problemas cotidianos e promover a formação crítica dos alunos.

## 2 UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-TEÓRICO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A sociedade atual é constantemente bombardeada com anúncios que influenciam os usuários ao consumo desnecessário, diante desta realidade é cada vez mais preciso o ensino de EF, para o desenvolvimento de indivíduos conscientes e responsáveis. De acordo com Azevedo (2019), a EF não busca acabar com o consumo de bens e serviços, mas orientar os que são de fato relevantes e necessários. Uma vida financeira controlada é confortável e o sonho da maioria dos cidadãos, ter conforto financeiro não diz respeito ao poder aquisitivo, mas a capacidade de poupar e administrar. A EF é um conhecimento social, e o consumo está em cada indivíduo. Segundo Bauman (2008), o consumo torna-se consumismo quando alguém compra algo para ser aceito em determinada sociedade, realidade que pode ser identificada na sociedade dos dias atuais.

A EF virou uma preocupação em diversos países, fazendo com que os estudos sobre esse tema atingissem um número significativo. Nas últimas décadas o advento da Globalização, gerou mudanças significativas na base econômica, educacional e tecnológica. Com a oferta de crédito constante, as pessoas utilizam-se desse crédito e não conseguem pagar, logo recorrem a empréstimos ou solicitam crédito em bancos diferentes, mas acaba se tornando a famosa “bola de neve”, onde não conseguem pagar nenhuma das dívidas e a economia é afetada, o que poderia ser evitado com a educação financeira adequada.

A EF é um tema novo no cenário educacional brasileiro e, deve ser dada importância a sua presença na escola, construindo nos educadores atitudes conscientes ao uso do dinheiro, colaborando para um cenário socioeconômico fortalecido no país. No Brasil, sua inserção formal ocorreu em 2010, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397, que buscava fomentar a cultura da EF (Brasil, 2010). Desde então, a EF tem sido incorporada de maneira gradativa nas instituições, ganhando influência em 2017 com sua inclusão na BNCC, quando passou a ser vista como um tema transversal obrigatório nas redes públicas e privadas (Forte *et al.*, 2020).

Não faz muitos anos que a EF começou a ganhar espaço no ambiente escolar, criando uma necessidade de instruir os indivíduos para uma sociedade cada vez mais complexa e desafiadora. Esse processo, conforme defende Negri (2010, p. 19), envolve:

Educação Financeira é um processo educativo que, por meio de aplicação de métodos próprios, desenvolve atividades para auxiliar os consumidores a orçar e gerir a sua renda, a poupar e a investir; são informações e formações significativas para que um

cidadão exerça uma atividade, trabalho, profissão e lazer, evitando tornarem-se vulneráveis às armadilhas impostas pelo capitalismo.

A EF está preocupada em argumentar sobre a realização de atividades financeiras, como juros, parcelamentos, poupanças, de maneira que o conhecimento dessas atividades proporcione aos cidadãos escolhas melhores. É perceptível que a EF está passível de conceitos e interpretações que giram em torno de um capital que necessita ser entendido e administrado. Atualmente há diversas pesquisas que abrangem os conhecimentos a respeito da EF. Essa educação deve ser viabilizada desde a infância, não utilizando apenas para economizar, mas para realização pessoal.

É necessário inserir a EF no Currículo Escolar, em especial na segunda etapa do Ensino Fundamental, pois no início da adolescência o indivíduo está em processo de maturação, é um momento que pode ser aproveitado para desenvolvimento de hábitos saudáveis, podendo ser usado para poupar com metas alcançáveis. Diariamente as pessoas estão ao alcance de acontecimentos que exigem conhecimentos financeiros, desde atos simples como comprar algo no supermercado à decisão em que deve investir.

As atividades financeiras realizadas atualmente deveriam ser provenientes de uma EF de qualidade, de maneira que o cidadão não tenha domínio apenas das fórmulas matemáticas, mas que possam ter conhecimentos para manusear o dinheiro corretamente, ter o hábito de realizar orçamento, compreender sobre investimentos, dentre outros.

O tema Educação Financeira é relativamente novo no Brasil. Surgiu com a preocupação de fornecer suporte e informação à população, preparando-a para convivência em uma sociedade onde a manipulação consciente do dinheiro é importante. Mesmo que de maneira tímida, a Educação Financeira já vinha dando boas contribuições no currículo escolar nacional. Mas, somente no ano de 2010, com a sua formalização, foi que este tema ganhou mais corpo na formação dos estudantes brasileiros. (Cordeiro; Costa; Silva, 2018 p. 82)

Sendo um conjunto de conhecimento indispensável na formação de crianças e adolescentes, a MF e EF devem ser abordadas de maneira mais enfática aos estudantes. Essa abordagem possibilita não apenas o desenvolvimento de competências matemáticas, mas também o estímulo ao pensamento crítico, à tomada de decisões conscientes e à preparação para lidar com desafios financeiros presentes no dia a dia. Desse modo, a EF, quando bem estruturada, pode contribuir para a formação de cidadãos mais independentes, responsáveis e preparados para exercer sua cidadania.

Parte da sociedade brasileira não possui um gerenciamento financeiro, o que ocasiona grandes dificuldades em poupar e se organizar financeiramente ao longo prazo. Nesse contexto,

a EF surge como um processo fundamental de aprendizagem, capaz de promover a boa gestão dos recursos pessoais e garantir o conforto necessário para enfrentar as crises econômicas do país. Assim, é imprescindível que a escola seja responsável por prover conhecimentos éticos, morais e intelectuais aos educandos, preparando-os para exercerem seus direitos e deveres de maneira consciente. De acordo com Brito e Lopes (2014, p. 6), “a educação é um caminho para garantir uma sociedade mais justa e harmônica, no qual o cidadão exerce o seu papel perante a sociedade, exige os seus direitos e cumpri os seus deveres”. Portanto, deve visar o pleno desenvolvimento do indivíduo.

Para Olivieri (2013), a EF é uma forma de estar aberto ao processo constante de aprendizagem, com o intuito de capacitar o ser humano para tomar decisões e ser responsável por seus atos advindos do dinheiro.

No Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar. Tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país. (D'Aquino, 2011, p. 1 *apud* Abreu, 2013, p. 5)

Cabe destacar que o trabalho de Abreu (2013) preenche a literatura há 11 anos. Nos dias atuais os documentos norteadores visam o ensino da ED no meio escolar, no entanto, cada estado e, ou município implementou a sua maneira. Assim, aliado a falta de informação financeira surgiu o marketing empresarial que busca ludibriar o cliente, fazendo com que muitas vezes este compre sem necessidade. Essa impulsividade na hora das compras afeta a gestão financeira. A EF auxilia o indivíduo na gestão de sua renda, desenvolvendo um planejamento orçamentário de qualidade (Fiori *et. al.*, 2017).

De acordo com Souza (2012), a EF é ainda um tema distante da realidade brasileira, principalmente ao que tange as crianças e adolescentes. Discutir assuntos financeiros causa espanto nas pessoas e esse acontecimento é em virtude de os indivíduos não sentirem liberdade de falar do assunto. O dinheiro está presente desde os anos iniciais de uma pessoa, por isso deve-se aprender como manuseá-lo corretamente. Coelho (2014, p. 25) aponta que “[...] a variabilidade de produtos promoveu uma mudança de comportamento no indivíduo, fazendo com que o mesmo fique cada vez mais atraído pelo consumismo, ocasionando problemas de gestão financeira”. A facilidade de crédito acarretou o mau uso deste benefício, deixando muitas pessoas endividadas e sem condições de pagar.

As pessoas possuem dificuldades em notar os juros que pagam no dia a dia em compras realizadas a prazo, apenas se atentam à quantidade de vezes em que ficou parcelado. É nesses

momentos que exigem conhecimento financeiro para realizar os cálculos necessários para saber se é uma compra vantajosa ou não.

Os adultos de hoje não aprenderam a lidar com o dinheiro, o que também os impede de ensinar seus filhos a fazer o mesmo. Os jovens da chamada geração Z foram criados em um ambiente tomado por inovações tecnológicas, muitas delas ditas essenciais para o desenvolvimento pessoal, social e profissional. Tais inovações trouxeram com elas novos dispositivos ultramodernos como os smartphones, tablets, games, dentre outros aparelhos que quase sempre apresentam custos bem elevados. (Correia, 2015, p. 10).

É necessário que ocorra melhorias no ensino de EF para que os jovens possam diferenciar o que é necessário ou não, evitar endividamento e deixarem de serem consumistas. Para tanto, é preciso que a educação financeira seja abordada em todas as etapas da educação básica, perpassando por todas as disciplinas do currículo, com isso pode-se incluir na área de matemática, que possui algumas ferramentas necessárias para a análise e tomadas de decisões financeiras.

Kistemann e Souza (2021), compreendem a EF como uma área de conhecimento, que se propõe a capacitar indivíduos para lidar de maneira crítica e consciente com finanças de cunho pessoal e coletivo. Dessa forma, a EF busca fornecer informações, formação e orientação sobre o dinheiro, com o objetivo de promover uma melhor compreensão das finanças e da economia, além de capacitar para lidar com as oportunidades e riscos relacionados a esses temas.

Ainda segundo os autores, “a Educação Financeira constitui hoje, no Brasil, um campo de investigação em franca expansão, mobilizando saberes, habilidades, competências, crenças e concepções, envolvendo diferentes áreas do conhecimento humano” (Kistemann; Souza, 2021, p. 24). EF vai além do simples ensino de operações matemáticas, abrangendo um conjunto de competências interdisciplinares que envolvem a compreensão econômica, social e comportamental. Como reitera Kistemann e Souza (2021, p. 97), “o letramento financeiro envolve, além do ensino das operações matemáticas, o desenvolvimento da capacidade de o estudante refletir criticamente sobre suas práticas de consumo e de gestão financeira pessoal e familiar.” Dessa forma, a EF de acordo com Carneiro (2023, p. 2):

[...] colabora positivamente com a formação de um cidadão melhor, mais consciente e racional em relação ao comportamento de consumo; noção de necessidades e desejos; organização e planejamento de gastos; construção de orçamentos; definição de prioridades; administração adequada do dinheiro; atenuação de desperdícios; investimentos e rendimentos; tomada de decisão assertiva em relação ao dinheiro no futuro, entre outros.

Por esse viés, é possível observar a necessidade de formar cidadãos mais conscientes e capazes de tomar decisões fundamentadas em um panorama econômico cada vez mais confuso. A interdisciplinaridade destaca a carência que há em incluir reflexões sobre hábitos de consumo, gerência e planejamento de recursos para o futuro valendo-se do ensino com a EF. Assim, ao fomentar o letramento financeiro, as instituições de ensino contribuem diretamente para o bem-estar econômico e social dos indivíduos, auxiliando-os a evitar o endividamento e a desenvolver uma relação mais amigável com o dinheiro, contribuindo significativamente para a estabilização da economia brasileira.

Ao falar sobre EF e MF ainda há dúvidas sobre cada conceito, portanto faz-se necessário elucidar cada conceito, dessa forma, respectivamente de acordo com Campos (2013) *apud* Kistemann e Souza (2021, p. 148), é “como uma prática social, de modo que possa estar enraizada em um espírito de crítica e um projeto de possibilidades que proporcionam aos indivíduos-consumidores participarem, ativamente no entendimento e na transformação dos contextos em que estão inseridos”. Enquanto, Matemática financeira é entendida “como sendo um corpo de conhecimento que estuda a variação do dinheiro ao longo do tempo.” (Campos, 2013, p. 11 *apud* Kistemann e Souza, 2021, p. 148).

Assim, a EF não objetiva apenas o enriquecimento patrimonial individual, mas capacitar os indivíduos para toda e qualquer situação que possa vir enfrentar. Destacando que, mais do que o acúmulo de bens, a EF busca proporcionar planejamento e independência financeira para enfrentar imprevistos sem que eles afetem seu padrão de vida. Estar preparado para qualquer imprevisto deixa o sujeito estável e tranquilo para lidar com as situações cotidianas.

## **2.1 Educação Financeira Escolar - EFE**

A escola é palco das mais variadas maneiras do saber. A EF não deve ficar à margem. Tendo em vista que a função da instituição escolar é formar sujeitos críticos e capazes de viver em cidadania. Portanto, ter acesso à formação adequada ao que tange a ao uso do dinheiro contribuirá diretamente para o desenvolvimento consciente do aluno na sociedade. A EF não diz respeito apenas para classes sociais abastadas, mas uma necessidade as classes menos favorecidas, para que assim possam ter noções de seus gastos.

Na adolescência, o indivíduo está vulnerável as pressões sociais, principalmente as advindas das mídias e meios de comunicação. Portanto, apresentar o valor do dinheiro e que

para possui-lo é necessário planejamento, poderá fazer com que esse indivíduo se desvie de uma vida com dívidas e gastos desnecessários. Mais do que levar o ensino financeiro para a sala de aula é preciso conscientizar o aluno da importância desses conhecimentos em sua vida. Entre 2008 e 2010 o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), estabeleceu um projeto para as escolas públicas de ensino médio para abordar educação financeira. Segundo Brasil (2016, p. 1):

O Conef é formado pelo Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social, Ministério da Justiça, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Um dos papéis do CONEF é gerir e coordenar a temática da educação financeira com a sociedade como um todo, particularizando ações para alunos e professores da educação básica no ensino fundamental. Assim a CONEF, por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), tem trabalhado para inserir no ambiente escolar a EF afim de formar cidadãos capazes de gerir seus bens. Segundo a ENEF:

[...] a Educação Financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, adquiram os valores e as competências necessários para se tornarem conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos [...]. (Brasil, 2011, p. 20)

Grande parte das crianças e adolescentes não recebem educação financeira na escola e, tampouco, em casa. O objetivo da Enef é:

Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país; ampliar a compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização. (Brasil, 2010, p. 20)

Atualmente, o jovem possui amplo acesso a aparelhos celulares, logo estão mais propensos a entrar em situações que prejudicarão sua estabilidade financeira, por isso a necessidade da oferta do ensino financeiro de qualidade ainda na educação básica.

De acordo com Brasil (2011), o tema EF deve ser abordado atendendo às especificidades de cada instituição escolar. O que faz com que a flexibilidade seja a principal característica do documento. Para que haja formação de qualidade é necessário capacitar os professores, tema

proposto pelo Enef. O professor ocupa uma posição significativa na vida do estudante, pois trabalha com adolescentes que estão em fase de desenvolvimento, logo podem aproveitar dessa fase para conscientizá-los que a EF é a melhor maneira que o indivíduo possui de aprender a gerir seus recursos.

A EF é um conjunto de informações sobre gerenciamento financeiro, portanto, dada a importância é relevante que seja repassado esses conhecimentos ainda na infância. Segundo Araújo (2008), a EFE pode ser entendida como um sistema que agrega valores no ensino de matemática, logo a escola e professores devem estar em busca constante para trazer ensinamentos da atualidade.

O ensino financeiro escolar propicia o desenvolvimento de criticidade no estudante ao que tange ao uso do dinheiro. Para Silva e Powell (2013, p. 13), a Educação Financeira escolar é:

Um conjunto de informações através do qual os estudantes são introduzidos no universo do dinheiro e estimulados a produzir uma compreensão sobre finanças e economia, através de um processo de ensino que os torne aptos a analisar, fazer julgamentos fundamentados, tomar decisões e ter posições críticas sobre questões financeiras que envolvam sua vida pessoal, familiar e da sociedade em que vivem.

Logo a aquisição de conhecimentos financeiros, ainda na educação básica, dará melhores oportunidades para a vida do indivíduo e, conseqüentemente da família, pois o aluno estará levando conteúdo relevante para a vida familiar. A EFE não deve objetivar fazer com que o aluno deixe o consumismo, mas ensinar, mostrar na prática as melhores maneiras de poupar e os benefícios que esse hábito pode gerar em sua vida. De acordo com Prado (2013, p. 23) “as boas práticas de educação financeira devem induzir as escolhas equilibradas. Isso se faz combinando referências matemáticas com práticas ambientais, sociais, filosóficas e éticas”. O ensino financeiro no ensino fundamental serve como meio da criança adquirir conhecimentos que farão toda a diferença em sua vida adulta.

O campo da MF é multifacetado, abordando temas como o dinheiro no tempo, visando os conceitos de juros, montante, capital. No entanto, o estudo da MF no âmbito escolar deve estar para além desses conceitos, devendo buscar a união dos conhecimentos matemáticos à EF. O acesso a esta modalidade da matemática fará com que os indivíduos melhorem suas concepções sobre o sujeito, dinheiro. A EF tem papel crucial no desenvolvimento de habilidades que vão além do simples cálculo de dinheiro. Vissotto Jr. (2017) contextualiza que para haver eficácia na EF, é preciso que ela seja integrada à realidade do aluno, assim ele poderá fazer conexões com situações cotidianas. Dessa forma, os estudantes podem aprender a

relacionar finanças com situações práticas de suas vidas, o que viabiliza a detenção dos conceitos.

É de suma importância ensinar finanças às crianças desde cedo para o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica e consciente em relação ao consumo e à administração dos recursos financeiros. Dessa maneira, a escola assume um papel essencial na formação de futuros adultos com maior responsabilidade financeira. Cabe ressaltar a necessidade de integrar EF no currículo escolar.

A integração da EF ao ambiente escolar demanda ações planejadas e articuladas, que vão além da simples transmissão de conteúdos matemáticos. Segundo Pessoa, Muniz Jr e Kistemann Jr (2018), a EFE deve ser estruturada com base em cenários que promovam a interdisciplinaridade e a criticidade, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas no processo de tomada de decisões financeiras. Para tanto, é necessário investir na formação dos professores, preparando-os para mediar discussões que envolvam os contextos econômicos e sociais nos quais os alunos estão inseridos.

Outro ponto crucial levantado por Forte *et al.* (2020) é a importância de alinhar a EFE às diretrizes da BNCC, que reconhece a EF como um tema transversal e essencial para a formação integral do cidadão. Essa visão amplia a relevância do tema e reforça a necessidade de práticas educativas que conectem a teoria à prática, possibilitando que os estudantes compreendam a dimensão ética e sustentável de suas escolhas financeiras. Nesse contexto, o uso de materiais didáticos adequados é um dos desafios apontados por Pessoa, Muniz Jr e Kistemann Jr (2018). Muitos livros de matemática ainda apresentam a educação financeira de forma superficial, limitando-se a exercícios de cálculo sem conexão com a realidade dos estudantes. Assim, “a ação dos educadores deve ser marcada pela mediação dos conteúdos e das informações relevantes para a promoção de Literacia Financeira, embasada em pressupostos de cidadania e ética.” (Pessoa; Muniz Jr; Kistemann Jr; 2018, p. 4).

Além disso, é necessário destacar que a EF tem um papel transformador na redução das desigualdades sociais. Como apontam Corrêa *et al.* (2017), ensinar finanças desde cedo não apenas contribui para a formação de indivíduos mais conscientes, mas também fortalece comunidades inteiras, promovendo uma economia mais equilibrada e sustentável. A escola, portanto, deve ser vista como o espaço privilegiado para o início desse processo, desenvolvendo nos alunos uma visão crítica e responsável sobre o uso dos recursos financeiros.

A EFE, ao abordar temas que integram conhecimento prático e reflexão crítica, desempenha um papel essencial na formação de cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios econômicos da vida moderna. Como destacado *a priori* nas ponderações

de Pessoa, Muniz Jr e Kistemann Jr (2018), é fundamental que a escola ultrapasse o ensino de fórmulas e cálculos para inserir questões éticas e sociais, promovendo um ambiente de aprendizado que valorize a autonomia e o pensamento crítico dos alunos.

Por fim, ao garantir que a EF seja parte integrante do currículo escolar, a instituição de ensino cumpre seu papel social de preparar indivíduos para decisões mais responsáveis e sustentáveis. Segundo Forte *et al.* (2020), essa integração não se limita ao campo acadêmico, mas se conecta a desafios globais, como o consumo consciente e o equilíbrio socioeconômico. Por esse viés, essa abordagem não apenas beneficia os estudantes no contexto escolar, mas também contribui para o fortalecimento de suas famílias e comunidades, ampliando os impactos positivos dessa formação.

### **3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO DOCUMENTOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO**

Buscando o aprimoramento da educação financeira brasileira, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) constituiu o Grupo de Trabalho (GT), através da Deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, objetivando uma estratégia nacional financeira. A partir de então foi desenvolvido o ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira que possui como objetivo a promoção da cultura financeira, ampliar o entendimento do cidadão para que este possa fazer as melhores escolhas ao que tange seus recursos financeiros (ENEF, 2011).

Desse modo, o desenvolvimento dos conceitos de EF no Brasil está fundamentado em diretrizes como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Cada um desses documentos traz contribuições específicas para a implementação da EF nas escolas, promovendo uma formação crítica e prática que prepara os estudantes para uma gestão responsável dos recursos financeiros.

A BNCC incorpora a EF como um tema transversal ao Ensino Fundamental, com foco no desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à compreensão e gestão de recursos financeiros. Assim, a EF aparece principalmente na área de Matemática, nos anos finais do Ensino Fundamental, mais especificamente 8º e 9º ano, onde os alunos devem desenvolver habilidades para entender e aplicar conceitos como orçamento, juros e economia pessoal. Esses conteúdos buscam fortalecer a autonomia das aulas em decisões financeiras, conectando o ensino ao contexto social e econômico dos estudantes.

A LDB (Lei nº 9.394/96) estabelece uma base legal que favorece a inclusão de temas relevantes à formação integral dos estudantes, sendo a educação financeira um exemplo claro. Embora a LDB não seja especificamente da educação financeira, ao promover o desenvolvimento de uma formação ampla e integral, ela permite a integração de temas contemporâneos como esse, incentivando práticas pedagógicas que fomentem a consciência financeira e a cidadania responsável.

Por outro lado, a ENEF, instituída em 2010, é uma política pública que visa conscientizar a população sobre a importância da EF. A ENEF atua no fortalecimento da cidadania por meio de iniciativas que incentivam o aprendizado financeiro nas escolas, além de fornecer recursos e diretrizes para que o tema seja abordado de maneira consistente em todas

as etapas da educação básica. Ela reforça a importância de educar os jovens para a gestão dos recursos financeiros próprios, destacando que essa competência é essencial para o bem-estar social e econômico. Esses documentos norteadores trabalham em conjunto para garantir que a educação financeira nas escolas vá além dos cálculos e da matemática aplicada. Em vez disso, propõe uma formação voltada à cidadania, à responsabilidade e ao pensamento crítico, essencial para o desenvolvimento de indivíduos capazes de tomar decisões econômicas conscientes e sustentáveis.

### **3.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC**

Segundo a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a Matemática deve garantir o desenvolvimento de competências específicas para os discentes, cabendo destacar as ligadas ao mundo do trabalho, raciocínio lógico e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos (Brasil, 2017). Por esse viés, sobre o qual se baseia a BNCC, que tem como princípio nortear a educação no Brasil, observa-se que as famílias estão cada vez mais adquirindo dívidas, aumentando o endividamento, limitando seu poder de compra, esses acontecimentos tornou-se um problema social, que necessita de uma atenção por parte dos governos, escolas e também dos educadores.

Ainda de acordo com a BNCC (2017), há diferença entre Matemática Financeira (MF) e Educação Financeira (EF). A EF está ligada ao contexto social, político e social, assim, ela busca promover a formação de cidadãos críticos e conscientes. Já a MF se preocupa mais com as ferramentas e técnicas matemáticas usadas na utilização de problemas financeiros, como juros simples e compostos.

A inclusão da EF na BNCC reproduz um avanço importante para a formação de cidadãos críticos, preparados para gerir recursos financeiros e tomar decisões conscientes em relação à economia e ao consumo ao longo da vida. Conforme a BNCC, é fundamental que o ensino de matemática na educação básica vá além do conhecimento técnico e incentive a compreensão de questões práticas e cotidianas, como a gestão financeira (Brasil, 2017). Por esse viés, destaca a importância de capacitar os alunos para o uso responsável do dinheiro, promovendo uma formação que vise ao “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2018, p. 10). Assim, propõe que o ensino

de educação financeira contribua para a formação de indivíduos que saibam planejar e poupar, tenham consciência dos riscos e possam participar de forma responsável e ética na economia.

A BNCC estabelece como principal objetivo garantir uma educação integral que desenvolva competências essenciais para o pleno exercício da cidadania e para a introdução dos estudantes no mercado de trabalho. Nesse contexto, a Matemática desempenha um papel crucial, pois promove o desenvolvimento do raciocínio lógico, a resolução de problemas e a argumentação baseada em dados concretos. A EF, enquanto tema transversal é um dos instrumentos para conectar o aprendizado matemático à vida cotidiana dos estudantes (Brasil, 2017).

A BNCC apresenta 10 competências gerais que orientam o ensino em todas as áreas do conhecimento, sendo algumas que podem ser relacionadas à educação financeira. Reforçando a importância de uma formação matemática que integre as competências essenciais ao desenvolvimento pleno do estudante. Assim, a EF emerge como um campo interdisciplinar, que integra os conhecimentos matemáticos com questões sociais. Nessa conjectura, no campo específico da Matemática, a BNCC estabelece competências que podem ser entendidas para reforçar a relevância da EF no desenvolvimento das habilidades matemáticas dos estudantes. Podendo destacar:

**Competência 2:** Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. **Competência 3:** Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. **Competência 4:** Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. **Competência 5:** Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. (Brasil, 2017, p. 269, grifos nossos)

Essas competências trabalhadas de forma gradual ao longo do Ensino Fundamental, têm o poder de promover uma progressão contínua no aprendizado e na aplicação prática dos conceitos matemáticos. Portanto, ao integrar os princípios da EF com as competências da matemática previstas pela BNCC, o sistema educacional pode ir além da simples transmissão de conteúdos e cálculos. Valorizando a formação integral do estudante, promovendo uma educação que não apenas capacita no contexto técnico, mas valoriza as questões políticas e sociais.

Nesse sentido, a educação financeira possibilita que os alunos compreendam a dinâmica do consumo, do mercado e da gestão de recursos, promovendo decisões conscientes e responsáveis (Brasil, 2017). Já a competência geral 7, enfatiza a importância de:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (Brasil, 2017, p. 11)

Esta habilidade é fundamental para o entendimento de conceitos como planejamento financeiro e análise de investimentos. Na BNCC, os conteúdos de Matemática são organizados em cinco unidades temáticas: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas, e probabilidade e estatística. A educação financeira está inserida principalmente na unidade temática, Números, conforme destaca o documento “[...] desenvolver o pensamento numérico, que implica o conhecimento de maneiras de quantificar atributos de objetos e de julgar e interpretar argumentos baseados em quantidades” (Brasil, 2017, p. 268).

Contudo, a abordagem da EF não precisa estar restrita a Matemática, ela é apresentada como um tema transversal que possibilita sua exploração interdisciplinar. Mas na matemática, além da unidade Números, pode abranger áreas como estatística, para análise de gráficos e dados financeiros; grandezas e medidas, para compreender relações entre taxas e índices econômicos; a unidade Álgebra, uma vez que aproxima conceitos abstratos a realidade cotidiana como o pensamento algébrico (Brasil, 2017).

A unidade temática Números desempenha um papel fundamental na formação dos educandos, uma vez que integra conhecimentos matemáticos a assuntos corriqueiros. Ao abordar temas como economia e finanças, essa unidade propõe uma educação que não está pautada apenas a conceitos do ramo da matemática.

[...] nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. (Brasil, 2017, p. 269)

Ao correlacionar os números com assuntos de cunho cultural, social, político e econômico prepara os alunos para lidarem com criticidade com questões de consumo. Desse modo, esta unidade não apenas desenvolve habilidades matemáticas, mas promove uma visão aprofundada acerca do papel dos números no cotidiano. A proposta apresentada pela BNCC

ressalta a importância da interdisciplinaridade no ensino de matemática, ampliando o alcance dos conhecimentos numéricos, especialmente ao tratar de assuntos relacionados à educação financeira. Nesse contexto, a BNCC destaca possibilidades de conectar diversas áreas do conhecimento. Por esse viés, o documento aponta que:

É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. (Brasil, 2017, p. 269)

Essa abordagem viabiliza a compreensão dos estudantes acerca da evolução do dinheiro e suas múltiplas funções ao longo da história, enquanto podem estar analisando as práticas econômicas desenvolvidas no decorrer do tempo. Desse modo, ao integrar conceitos históricos ao ensino de matemática, a educação vai além da abstração dos números. Como já indicado, o ensino de EF deve ir além da técnica e incluir reflexões sobre questões sociais, culturais e éticas, promovendo a compreensão dos impactos das decisões econômicas individuais e coletivas (Brasil, 2017). Por exemplo, ao discutir o endividamento das famílias, tema mencionado no documento, os estudantes podem ser incentivados a analisar os fatores que levam à contração de dívidas, como o uso do crédito e o consumo descontrolado.

Essa perspectiva desenvolve a capacidade de identificar problemas e propor soluções práticas, alinhando-se as habilidades relacionadas às porcentagens no Ensino Fundamental – Anos Finais evidenciam uma progressão clara e prática, com foco em EF. No 6º ano a habilidade:

**EF06MA13:** Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros. (Brasil, 2017, p. 303, grifos nossos)

Assim, no 6º ano são introduzidos conceitos de porcentagens com base na ideia de proporcionalidade, sem recorrer à regra de três. Desse modo, os estudantes são levados a utilizar estratégias pessoais, cálculos mentais e calculadoras para solucionar problemas relacionados, por exemplo, com situações de consumo, economia ou descontos simples. Dessa maneira, objetiva-se a criação de uma base sólida e acessível para a compreensão dos percentuais.

No 7º ano, a habilidade “**EF07MA02:** Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.” (Brasil, 2017, p. 309, grifos nossos). Amplia a prática, abordando problemas que envolvem

acréscimos e diminuições simples. Essa etapa foca, principalmente, o uso de estratégias práticas, calculadoras e até o cálculo mental para resolver situações cotidianas relacionadas à variação de preços, impostos ou descontos acumulativos.

Já no 8º ano, a habilidade “**EF08MA04**: Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais.” (Brasil, 2017, p. 315, grifos nossos). Estabelece uma ponte entre o conteúdo inicial e o seu aprofundamento no ano final, a partir de então os alunos são estimulados a utilizar recursos digitais, reforçando autonomia estudantil. Esse enfoque cria um elo entre a base do conteúdo e as complexidades exigidas no ano seguinte.

A habilidade desenvolvida no 9º ano leva a situações mais complexas, como percentuais sucessivos e a determinação de taxas percentuais.

**EF09MA05**: Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira. (Brasil, 2017, p. 319, grifos nossos)

Assim, foco é na aplicação desses conceitos em cenários de EF, como juros compostos, investimentos e análises de crédito. A tecnologia digital continua presente e desempenha um papel fundamental, uma vez que permite que os alunos lidem com cálculos mais complexos e avançados de forma prática e eficiente, preparando-os para os desafios na sociedade em que estão inseridos.

A proposta da BNCC vai além do ensino técnico da Matemática Financeira e busca incorporar uma perspectiva crítica e contextualizada, promovendo o desenvolvimento de competências que preparam os alunos para compreender e atuar em questões práticas do cotidiano. A progressão no aprendizado de porcentagens e conceitos financeiros, descrita em habilidades específicas, reforça o papel da escola na formação de cidadãos críticos, conscientes e responsáveis em suas escolhas.

A análise das habilidades propostas pela BNCC evidencia um avanço significativo na inserção no ensino de Matemática e Educação Financeira ao longo do Ensino Fundamental. O desenvolvimento das habilidades, de forma gradual, competências que capacitam os estudantes a interpretar e resolver situações financeiras do cotidiano, desde problemas mais simples no 6º ano até questões mais complexas envolvendo percentuais sucessivos e taxas no 9º ano. Nesse contexto, a interdisciplinaridade surge como uma estratégia fundamental para conectar a Matemática com outras áreas do conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes sobre o impacto das decisões financeiras na sociedade.

A inclusão da educação financeira na BNCC reflete um compromisso com a formação de cidadãos preparados para enfrentar os desafios econômicos da sociedade contemporânea. Ao integrar conhecimentos matemáticos com questões sociais, econômicas e culturais, a BNCC garante que os alunos desenvolvam competências indispensáveis para tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis. Dessa forma, ensino financeiro vai além do cálculo matemático desempenhando um papel essencial na construção de uma sociedade mais crítica, sustentável e economicamente equilibrada.

Em suma, prepara os estudantes para compreender e participar da dinâmica econômica e social do mundo atual, promovendo uma visão ampliada que abrange o consumo inteligente a gestão responsável dos recursos. Além disso, incentiva a tomada de decisões financeiras com consciência, fortalecendo a autonomia individual e a responsabilidade coletiva. Contribuindo para a formação de cidadãos mais preparados e conscientes do seu papel na sociedade.

### **3.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO O DOCUMENTO CURRICULAR DO TERRITÓRIO MARANHENSE – DCTM**

Segundo o Documento Curricular do Território Maranhense – DCTM, o ensino de matemática deve visar o desenvolvimento do estudante em possuir interesse em compreender os objetos estudados, através de práticas pedagógicas que propicia a construção da matemática como uma ciência que está constantemente sendo transformada. E assim, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF defende que o ensino de matemática deve ser de acordo com a realidade da região, o DCTM garante que no território maranhense o ensino seja desenvolvido de acordo com a vida do estudante.

O DCTM está baseado na BNCC, logo o campo matemático apresenta competências e habilidades a serem desenvolvidas, assim como unidades temáticas e objetos de conhecimento, além dos temas integradores, também denominados de temas transversais, estando à educação financeira nesta área. Os temas transversais são defendidos como não pertencentes a nenhuma disciplina específica, por isso servem para conectar estudantes à realidade da sociedade. O documento maranhense apresenta um organizador curricular, onde estão inseridas as unidades temáticas, objeto de conhecimento, habilidades e sugestões de atividades. Assim como na BNCC, o DCTM apresenta o tema financeiro de forma gradual ao longo do Ensino Fundamental.

No 6º ano, o tema é explorado na unidade temática Números, no objeto de conhecimento “cálculo de porcentagens por meio de estratégias diversas, sem fazer uso da ‘regra de três”” (Maranhão, 2019, p. 339), na habilidade ‘EF06MA13: Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros” (Maranhão, 2019, p. 339) Desse modo, as atividades sugeridas envolvem “Usar o algoritmo da multiplicação para o cálculo de porcentagens; Recorrer à compreensão de números decimais na resolução de problemas envolvendo porcentagens” (Maranhão, 2019, p. 339).

No 7º ano, é possível observar o tema na unidade Números, por meio do objeto de conhecimento “cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples” (Maranhão, 2019, p. 342) na habilidade presente também na BNCC “EF07MA02: Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.” (Maranhão, 2019, p. 342). Inserindo, ainda uma habilidade exclusiva do território maranhense, a qual complementa a habilidade anterior “EF07MA01MA Compreender que o uso do algoritmo da divisão pode ser usado para efetuar cálculos que envolvam porcentagem.” (Maranhão, 2019, p. 342). Sugerindo assim atividades que envolvam:

Trabalhar com a multiplicação e a divisão por 100 como uma das estratégias para a resolução de cálculo de porcentagem; Apresentar situações reais, por exemplo, a compra de uma geladeira a prazo, na qual o aluno deve fazer a comparação entre o valor que deveria ser pago à vista e o valor final pago a prazo, identificando assim acréscimo no preço do produto; Apresentar situações que envolvem decréscimos, tais como a desvalorização do valor de um veículo; Os alunos podem pesquisar preços de veículos na internet e preços de veículos à venda nos jornais, assim poderá entender o que é decréscimo por meio de situações práticas; Trabalhar com situações concretas como: compra roupas, calçados, material escolar no varejo e atacado, para a resolução de cálculo envolvendo porcentagem e fazendo observação na variação de preços nas duas situações. (Maranhão, 2019, p. 342)

A compra de uma geladeira a prazo, refere-se a um exemplo que envolve um bem essencial. Uma geladeira é um item indispensável para o funcionamento de uma casa, e muitas vezes os consumidores precisam recorrer ao parcelamento para realizar uma compra. A partir desse exemplo, o aluno pode entender como o valor pago à vista se compara ao valor total pago a prazo, com a inclusão de juros e acréscimos no preço original. Nessa conjectura, a EF se mostra mais uma vez fundamental, pois o estudante aprende não apenas a calcular o acréscimo da porcentagem, mas também a refletir sobre os impactos que podem ser gerados a partir da escolha de um pagamento parcelado em vez de um pagamento único.

No caso da compra de um veículo, a situação exige mais planejamento, atenção e cautela, pois envolve um valor maior e uma escolha de longo prazo. O exemplo de decréscimo, como a desvalorização de um carro, permite que os alunos compreendam como um bem pode perder o seu valor ao longo do tempo. Isso leva os estudantes a pensarem sobre a relação entre o valor pago no início e a depreciação do veículo ao longo dos anos. Assim, os estudantes são estimulados a realizarem planejamento financeiro e a realizar pesquisas de preços para que suas decisões sejam responsáveis e conscientes.

Por fim, a compra de itens menores, como roupas, calçados e material escolar, remete a situações cotidianas mais frequentes, mas não menos importantes. Nesse contexto, a comparação entre o preço no varejo e no atacado oferece aos alunos uma oportunidade de praticar o cálculo de porcentagens para identificar variações nos preços, o que é comum em compras do dia a dia. Observar onde e quando efetuar uma compra, seja no varejo ou no atacado, permite que os alunos analisem através das porcentagens se os descontos oferecidos realmente fazem sentido. Além disso, os estudantes são levados a refletir acerca do valor real dos bens e como o cliente pode fazer escolhas inteligentes no ato da compra.

No 8º ano, o tema de porcentagem é explorado também na unidade temática “Números”, objeto de conhecimento “porcentagens” na habilidade “EF08MA04: Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais” (Maranhão, 2019, p. 346). A partir de então, sugere as seguintes atividades

estudar o conceito de porcentagem para calculá-la com base no uso da fração cujo denominador é igual a 100 e fazer uso da calculadora e outras tecnologias para o cálculo de porcentagem. Visitar uma loja de móveis e realizar a coleta de várias compras parceladas. (Maranhão, 2019, p. 346)

Esse tipo de atividade não apenas facilita o entendimento de porcentagens, mas também introduz os alunos a conceitos financeiros relevantes, como juros e comparação de preços em diferentes condições de pagamento

Por fim, para o 9º ano, o conteúdo é cobrado na unidade temática “Números”, objeto de conhecimento “Porcentagens: problemas que envolvem cálculo de percentuais sucessivos” (Maranhão, 2019, p. 350). Através da habilidade “EF09MA05: Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira” (Maranhão, 2019, p. 350). Sugerindo como atividade:

Usar o conceito e as aplicações de porcentagem na educação financeira. Trabalhar, com a participação dos alunos e pais, projetos voltados para a construção de uma

educação financeira. Levar os alunos a verem em algumas lojas físicas e ou virtuais a diferença de valores nas compras à vista ou a prazo, para que os mesmos vejam como se faz um desconto ou um acréscimo no valor dos objetos. (Maranhão, 2019, p. 350)

Essas atividades visam fortalecer o pensamento crítico, permitindo que os estudantes apliquem seus conhecimentos matemáticos na organização de um orçamento, análise de despesas e planejamento de metas financeiras. Essa metodologia prática visa uma alfabetização financeira que vai além do simples cálculo, formando estudantes conscientes de suas decisões econômicas e capacitados para gerenciar seus recursos de maneira responsável.

A educação financeira, como proposta pelo DCTM, vai além do ensino de matemática financeira, buscando preparar os alunos para desafios concretos da vida cotidiana. A matemática financeira é apresentada como uma ferramenta para desenvolver competências que contribuem para a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de tomar decisões econômicas responsáveis. Essa perspectiva reflete a competência geral 5 da BNCC a qual dialoga com a competência específica 5 do componente curricular matemática presente no DCTM “utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais, de outras áreas do conhecimento, validando estratégias e resultados” (Maranhão, 2019, p. 307).

Destacando, assim, a importância de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma ética e crítica nas mais diversas esferas da vida pessoal e coletiva. De acordo com o DCTM, a abordagem do tema deve ser gradativa e contextualizada, garantindo que os alunos compreendam como gerenciar seus recursos financeiros em diferentes situações. Esse enfoque atende à competência geral 7 da BNCC dialogando com a competência específica 2 do DCTM “desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo” (Maranhão, 2019, p. 306).

Ressaltando a importância de argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis para tomar decisões e resolver problemas. Ao promover o uso de fatos e informações confiáveis, a competência combate a disseminação de desinformação e incentivar o diálogo fundamentado e respeitoso. Uma referência aos direitos humanos e à consciência socioambiental reforça a necessidade de formar indivíduos conscientes de suas responsabilidades.

Como destacado *a priori* no 8º ano, o ensino de porcentagens, por exemplo, permite que os alunos compreendam como calcular descontos, juros e preços de produtos, habilidades essenciais para o consumo consciente. Já no 9º ano, o foco na criação de projetos de educação

financeira promove a integração entre teoria e prática, fortalecendo o pensamento crítico e o planejamento estratégico. O DCTM destaca a relevância de contextualizar o ensino da matemática com a realidade local dos estudantes. O Maranhão, um estado marcado pela diversidade cultural e econômica, o ensino de EF pode explorar atividades baseadas em práticas locais, como o comércio em feiras livres, o artesanato e a agricultura familiar. Essas perspectivas conectam os estudantes à sua comunidade, permitindo que identifiquem oportunidades para aplicar os conceitos matemáticos na resolução de problemas reais.

Por exemplo, uma atividade interdisciplinar pode incluir a análise de custos de produção e venda de artesanato em feiras locais. Com isso, os alunos aprendem a calcular lucros, analisar probabilidade financeira e entender a importância de um planejamento econômico sustentável. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento de habilidades como a EF08MA04. Um aspecto relevante do ensino de educação financeira é sua contribuição para a inclusão social. No Maranhão, muitas famílias enfrentam desafios econômicos, é fundamental que o ensino básico promova a alfabetização financeira como uma metodologia de reduzir desigualdades sociais ali presentes. O DCTM sugere que a EF seja apresentada como uma ferramenta de transformação social, capacitando os estudantes a gerenciar seus recursos de forma eficaz e planejar um futuro mais estável.

Além disso, a abordagem inclusiva do tema pode envolver atividades voltadas para a conscientização sobre o consumo responsável, o impacto do endividamento familiar e a importância de práticas financeiras éticas. Outro ponto relevante é a inserção da tecnologia no ensino de matemática financeira. O DCTM incentiva o uso de ferramentas digitais, como planilhas eletrônicas, aplicativos de gerenciamento financeiro e simuladores de investimentos, para tornar o aprendizado mais dinâmico e atrativo. Essas tecnologias não apenas facilitam a compreensão dos conceitos matemáticos, mas também preparam os estudantes para o uso consciente das tecnologias no cotidiano. No 9º ano, por exemplo, os alunos podem ser incentivados a criar planilhas para planejar um orçamento fictício, considerando receitas, despesas e metas financeiras.

Um dos principais objetivos da EF é formar consumidores conscientes, que compreendam os impactos de suas decisões de consumo no âmbito pessoal e coletivo. No contexto maranhense, isso inclui refletir sobre práticas de consumo sustentável, valorização da economia local e preservação dos recursos naturais. Uma proposta prática seria trabalhar com os alunos em projetos que envolvam a análise do impacto ambiental e econômico de produtos consumidos em suas comunidades. Esse tipo de atividade permite que os estudantes desenvolvam uma visão crítica sobre o ciclo de vida dos produtos e a importância de escolhas

conscientes, alinhando-se à competência geral 9 da BNCC que pode ser observada na competência específica 3:

fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. (Maranhão, 2019 p. 307)

A EF proposta pelo DCTM não se limita ao desenvolvimento de habilidades matemáticas, mas busca também incentivar a autonomia dos estudantes para a tomada de decisões conscientes e responsáveis no contexto econômico. Desse modo a EF deve ser abordada como um processo contínuo, no qual os alunos aprendam a gerir recursos de maneira sustentável o que é possível constatar ao analisar a presença do tema em todos os anos do Ensino Fundamental - Anos Finais. A importância desta abordagem ocorre em razão da contribuição da escola na preparação dos estudantes para a lidar com os desafios econômicos da sociedade moderna.

Ao que tange à articulação interdisciplinar, o DCTM enfatiza que a EF pode dialogar com áreas como Língua Portuguesa, Educação física e Ciências. No componente curricular língua portuguesa, pode ocorrer a produção de textos argumentativos acerca de práticas financeiras, valendo-se da competência “Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social” (Maranhão, 2019, p. 93).

Na Educação Física, é sugerido “o desenvolvimento de atividades que dialoguem com todas as unidades temáticas, incluindo temas como EF” (Maranhão, 2019, p. 259). Em Ciências, os alunos podem discutir alternativas de consumo sustentável, através da competência específica 4 “avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho” (Maranhão, 2019, p. 359).

Essas atividades ampliam o campo de aplicação da matemática financeira, permitindo aos estudantes integrar conhecimentos de diversas disciplinas desenvolvendo competências fundamentais para a sua formação. A avaliação do aprendizado em matemática financeira, conforme proposto pelo DCTM, deve ser contínua e formativa, permitindo que o professor acompanhe o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos ao longo do processo.

Além de provas tradicionais, podem ser utilizados instrumentos como portfólios, projetos e apresentações, que valorizam a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Por exemplo, os estudantes podem ser desafiados a elaborar e apresentar um plano financeiro familiar, considerando metas de curto, médio e longo prazo. Essa atividade não apenas avalia o domínio dos conceitos matemáticos, mas também incentiva a reflexão sobre os desafios econômicos enfrentados pelas famílias em sua comunidade. Essa estrutura curricular no DCTM, ao abordar a matemática financeira de forma gradativa e contextualizada, promove uma formação cidadã, contribuindo para que os estudantes desenvolvam habilidades essenciais para a vida adulta. Dessa forma, o ensino de matemática no Maranhão, em teoria, se alinha às diretrizes da BNCC, preparando os alunos para atuar de forma crítica e responsável na sociedade.

A análise do DCTM evidencia a relevância de uma abordagem contextualizada e interdisciplinar no ensino de Matemática, com ênfase na EF. Ao integrar habilidades gradativas ao longo dos anos do Ensino Fundamental, o DCTM não apenas promove a construção de competências matemáticas, mas também prepara os estudantes para lidar com desafios concretos da vida cotidiana, como planejamento financeiro, consumo consciente e tomada de decisões responsáveis.

A proposta pedagógica do documento destaca-se por alinhar-se à BNCC e adaptar-se às especificidades do Maranhão, valorizando a realidade cultural, econômica e social do estado. Essa contextualização é essencial para garantir que os alunos se conectem ao conteúdo e desenvolvam habilidades aplicáveis às suas vivências. Além disso, a interdisciplinaridade sugerida pelo DCTM reforça o potencial transformador da EF, promovendo diálogos entre diferentes áreas do conhecimento, como Língua Portuguesa, Ciências e Educação Física.

Assim, ao propor atividades práticas e o uso de tecnologias digitais, o DCTM contribui para uma formação mais dinâmica e inclusiva, capacitando os estudantes a se tornarem cidadãos críticos, autônomos e conscientes de suas responsabilidades no contexto econômico e social. Assim, a EF, como prevista pelo DCTM, transcende o ensino matemático, apresentando-se como uma ferramenta indispensável para a formação cidadã e para a redução de desigualdades socioeconômicas no território maranhense.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir a importância da Educação Financeira (EF) no contexto escolar, evidenciando sua função ativa na formação de cidadãos críticos, éticos e competentes na tomada de decisões no âmbito econômico. A arguição das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular do Território Maranhense (DCTM) evidenciaram os avanços significativos na inclusão da EF como tema transversal, principalmente no ensino de Matemática, mas também em conexão com outras áreas do conhecimento. No entanto, apesar dos crescentes avanços, a pesquisa apontou desafios que ainda precisam ser encarados para efetivação dessa conduta no processo de ensino-aprendizagem.

Entre as contribuições mais relevantes, foi observado que a EF, quando desenvolvida de maneira interdisciplinar, amplia as possibilidades de aplicação dos conteúdos, assim ao analisar das competências e habilidades previstas pelos documentos demonstrou que a EF pode ser integrada a áreas como Matemática, Ciências, Educação Física e Língua Portuguesa. A BNCC apresenta habilidades progressivas relacionadas à MF, como cálculo de porcentagens e a análise de juros, que são gradualmente introduzidas a partir do 6º ano e se enraízam no 9º ano. Desse modo, os alunos são preparados para lidar com situações reais.

No contexto específico do Maranhão, o DCTM destacou-se por contextualizar a EF à realidade cultural e econômica do estado, sugerindo atividades que integram os conhecimentos matemáticos a realidade regional. O cálculo de lucros em feiras livres, a comparação de preços e à visita e a análise de desvalorização de bens expõem como a EF pode ser inserida ao cotidiano da comunidade estudantil, tornando o aprendizado mais pertinente. Esse enfoque regional é fundamental para garantir que a educação não seja excludente, mas que promove a inclusão social e o desenvolvimento econômico consciente.

Outro aspecto considerável levantado é o impacto na redução das desigualdades sociais. A ausência de conhecimento financeiro é uma das principais causas do endividamento, instabilidade econômica e exclusão social de muitas famílias brasileiras. A falta de noções básicas sobre orçamento, poupança, investimentos e consumo consciente contribuem para perpetuar ciclos de pobreza, dificultando o acesso a oportunidades e a melhoria na qualidade de vida. Nesse contexto, ao fornecer aos estudantes instrumentos e conhecimentos práticos para compreender, planejar e administrar seus recursos financeiros, a EF atua não apenas como um

mecanismo de promoção da autonomia individual, mas também como uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais igualitária.

Isso ocorre porque os indivíduos financeiramente educados têm maior capacidade de tomar decisões conscientes, evitando armadilhas financeiras e ampliando suas possibilidades de ascensão socioeconômica. No entanto, apesar dessas contribuições, a pesquisa identificou que a incorporação da EF nos currículos escolares ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destaca-se como a formação insuficiente de professores para desenvolver o tema de maneira interdisciplinar e contextualizada, assim como a produção de materiais didáticos específicos e a integração plena da temática em todas as etapas do ensino básico.

Além disso, a presença da EF no currículo escolar exige uma articulação entre os componentes curriculares. Embora o eixo principal dessa temática concentra-se na Matemática, disciplinas como Ciências, Educação Física e Língua Portuguesa também podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do tema, como mencionado anteriormente. A utilização de tecnologias digitais, por exemplo, pode facilitar o aprendizado ao viabilizar simulações financeiras e análise de dados.

Outro ponto que merece destaque é o potencial da EF para fortalecer a relação entre escola, família e comunidade, promovendo um impacto que transcende a sala de aula. O desenvolvimento de projetos relacionados à EF que envolvem pais e responsáveis cria oportunidades valiosas para o diálogo aberto acerca de consumo consciente, planejamento e metas coletivas no seio familiar. Realizar rodas de conversas possibilita a permutação de experiências e reforça o caráter de que a educação não é um processo unilateral, mas um processo colaborativo, no qual todos devem contribuir de forma significativa.

Além disso, essas iniciativas ajudam a desmitificar questões financeiras, tornando o tema mais acessível para diferentes gerações, contribuindo para que o aprendizado obtido pelos estudantes tenha capacidade de transformar seus lares. Assim, os conhecimentos financeiros são disseminados de forma contextualizada, fomentando uma cultura de planejamento e organização financeira que se estende a toda comunidade escolar. Desse modo, a EF pode ser consolidada como um pilar indispensável para o desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade.

É fundamental destacar que a EF vai muito além do ensino de conceitos matemáticos e técnicos. Ela visa formar cidadãos críticos, capazes de refletir sobre suas escolhas e compreender as consequências econômicas e sociais de suas decisões financeiras. Por meio da EF, os indivíduos se tornam mais conscientes de seu papel na sociedade, desenvolvendo competências que os preparam não apenas para gerir seus recursos de forma eficiente, mas

também para contribuir ativamente para a construção de uma economia mais sustentável e inclusiva.

A integração da EF ao currículo escolar, como evidenciado ao longo deste estudo, representa um passo fundamental para a autonomia dos alunos, ajudando-os a enfrentar os desafios financeiros do presente e a planejar um futuro mais seguro e equilibrado. Promovendo o desenvolvimento de valores como responsabilidade, ética e solidariedade, ampliando a EF para além do âmbito pessoal, atingindo a esfera coletiva. Assim, a EF se revela um elemento-chave na formação de indivíduos mais autônomos e preparados para atuar como agentes transformadores em uma sociedade mais justa, equilibrada e comprometida com o bem-estar coletivo.

Dessa forma, recomenda-se que iniciativas como a ENEF não apenas continuem a ser desenvolvidas, mas também ampliadas e fortalecidas para alcançar um número ainda maior de estudantes e comunidades. Para isso, é indispensável o apoio consistente de políticas públicas que assegurem a universalização do acesso à EF em todas as redes de ensino, contemplando desde a educação básica até o ensino superior. Essas políticas devem garantir recursos adequados, formação continuada para professores e a inclusão de materiais pedagógicos que atendam às diferentes realidades país.

Além disso, é essencial que essas iniciativas sejam acompanhadas de ações de sensibilização junto às famílias e comunidades, promovendo uma aproximação colaborativa que amplie a EF para além dos muros da escola. Somente com um esforço conjunto, envolvendo educadores, gestores escolares, entidades governamentais, setor privado e a sociedade como um todo, será possível consolidar a EF como uma ferramenta verdadeiramente transformadora. Essa transformação não apenas auxilia na formação de cidadãos mais conscientes e preparados para tomar decisões financeiras responsáveis, mas também contribui para o desenvolvimento de uma cidadania plena, onde a educação, o planejamento e a responsabilidade financeira são vistos como pilares para a diminuição das desigualdades sociais e a construção de uma sociedade mais próspera, sustentável e justa para todos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. H. de. **A Educação Financeira nas Escolas: Desafios e Possibilidades**. 2013. Disponível em: [https://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uepg\\_mat\\_artigo\\_marlene\\_hoelatke\\_de\\_abreu.pdf](https://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uepg_mat_artigo_marlene_hoelatke_de_abreu.pdf). Acesso em: 29 ago. 2024.
- ARAÚJO, R. M. B. de. **A escola e o desenvolvimento do pensamento econômico em crianças: uma proposta de avaliação e intervenção**. In: ANPED GT-13: Educação Fundamental, 2008. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/gt13-4246-int.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 2a ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- AZEVEDO S, S. **Educação financeira nos livros didáticos de matemática dos anos finais do ensino fundamental**. Programa de pós-graduação de Educação Matemática e Tecnologia, Universidade Federal de Pernambuco (dissertação de mestrado), 131p, 2019.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar. 199p, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm) Acesso em: 15 out. 2024
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Educação financeira é tema de projeto piloto entre estudantes**. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/20289-educacao-financeira-e-tema-de-projeto-piloto-entre-estudantes#:~:text=O%20Conef%2C%20criado%20para%20gerir%20Semana%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) - Programa do Governo Brasileiro**, 2011a. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/> Acesso em: 13 out. 2024
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF**. 2011b
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018a.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conferências sobre educação financeira**. 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35997>. Acesso em: 12 out. 2024.
- BRITO, A. C. A. G.; LOPES, M. M. E. O papel da educação escolar para o exercício da cidadania. **Revista Primus Vitam**, v. 7, n. 2, 2014.

CARNEIRO, R. S. A educação financeira na formação dos estudantes da educação básica. **ReTEM – Revista Tocantinense de Educação Matemática**, Arraias, v. 1, p. e23002, 2023, Disponível em: <https://ojs.sbemto.org/index.php/ReTEM/article/view/43>. Acesso em: 30 out. 2024.

COELHO, T. C. F. **Educação financeira para crianças e adolescentes**. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2014. Disponível em: <https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-para-criancas-e-adolescentes.pdf> Acesso em: 20 ago. 2024

CORDEIRO, N.J.N.; COSTA, M. G. V.; SILVA, M. N. **Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino da Matemática em Debate, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018.

CORRÊA D. J., *et al.* Educação financeira na escola: uma reflexão ainda necessária. In: VISSOTTO JUNIOR, D. (Org.). **Educação financeira nas escolas municipais: uma abordagem participativa**. Curitiba - PR, 2017.

CORREIA, F. W. de S. **Educação Financeira**. Monografia (Pós-Graduação em Gestão Financeira Moderna) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2015.

FIORI, D.D.; MAFRA, R.Z.; FERNANDES, T.A.; FILHO, J. B.; NASCIMENTO, L.R. C. O efeito da educação financeira sobre a relação entre adimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. **Revista do instituto de ciências econômicas, administrativas e contábeis (ICEAC)**, Rio Grande, v. 21, n. 2, p. 31-45, jul./dez. 2017.

FORTE, C. M. J. et al. **Estratégia Nacional de Educação financeira: em busca de um Brasil melhor**. São Paulo: Riemma Editora, 2020.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODFREY, N. S. **Dinheiro não dá em árvore: um guia para os pais criarem filhos financeiramente responsáveis**. Tradução de Elizabeth Arantes Bueno. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

KISTEMANN, M. A.; SOUZA, F. dos S. (Org.). Educação financeira e educação estatística. Nova Xavantina: Pantanal, 2021. 225 p.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense: etapa do ensino fundamental**. São Luís: SEDUC, 2019.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora**. 73 f. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana, 2010.

OLIVIERI, M.F.A. Educação financeira. In: **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos-São Paulo, p. 43-51, v. 2, n. 1, jan-jun. 2013.

PESSOA, C. A. dos S.; MUNIZ, I.; KISTEMANN Jr., M. A. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de matemática. **EM TEIA – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana**, vol. 9 n. 1, 2018.

PRADO, R. S. **Educação Financeira no ensino fundamenta I** / Rosane de Souza Prado. – 2013.

SILVA, A. M; POWELL, A. B. Um programa de educação financeira para a matemática escolar da educação básica. In: **Anais do XI ENEM**, 2013. Disponível em: <http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/>. Acesso em: 13 out. 2024.

SOUZA, D. P. **A importância da educação financeira infantil**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2012.

VISSOTTO JUNIOR, D. **Educação financeira nas escolas municipais: uma abordagem participativa** / Dornelles Vissotto Junior (Org.). 1º ed. Curitiba, 2017.